

Sapos" foi utilizada como canto de guerra da Semana de Arte Moderna, em 1922, por seu sentido revolucionário, de libertação de cânones ultrapassados.

Para este estudo, serviu-se M. S. do ITINERÁRIO DE PASÁRGADA, a autobiografia literária de Manuel Bandeira. Mas recorre com frequência — diríamos com demasiada frequência — à biografia elaborada por Francisco de Assis Barbosa, às citações de Adolfo Casais Monteiro e à interpretação brilhante de Sérgio Buarque de Holanda referida acima. Por esta razão distinguimos no início desta apreciação os dois aspectos do trabalho de M. S.: destinando-se a um público não brasileiro, ou que não possa utilizar-se das OBRAS COMPLETAS da Aguiar — o ponto de partida para a elaboração desta obra — a contribuição do Autor é preciosa, pois faz uma síntese bem feita, muito bem feita, dessa edição.

Mas sentimos que o estudioso francês se tenha apegado tão ciosamente aos críticos e biógrafos brasileiros, omitindo-se quanto à interpretação pessoal do poeta, pois o leitor adivinha que tem possibilidades para isso: seu grande amor pelo escritor brasileiro — inclusive pelo próprio Brasil — e o tom afetoso e intimista que dá a algumas de suas considerações permitem prever a simpatia e a compreensão da obra que admira. É evidente que o aproveitamento da Aguiar repousa numa visão pessoal de Manuel Bandeira, comprovada pela própria seleção das peças da Antologia, que exemplificam, com muita propriedade, a evolução da obra de nosso poeta. Essa escolha e a tradução das composições, feita pelo Autor, revelam sensibilidade e consciência crítica, não explorada suficientemente na interpretação de nosso escritor mas entrevista aqui e ali, por exemplo quando o aproxima de escritores franceses. Esta a restrição — a única realmente séria — feita ao agradável ensaio de M.S.: os leitores brasileiros poderiam contar com mais um título na bibliografia crítica bandeiriana, sobretudo por tratar-se de um ponto de vista diferente, dado pela visão particular de um ensaísta francês sobre o lírico brasileiro.

E o resultado só poderia ser proveitoso: para o público e para o Autor. — NEUSA PINSARD CACCESE.

MONTENEGRO, Pedro Paulo — CONVIVÊNCIAS. Anotações e Apreciações. Prefácio de Braga Montenegro. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1966. "Coleção Carnaúba", vol. 3, 217 pp.

CONVIVÊNCIAS, de Pedro Paulo Montenegro, reúne diversos estudos de literatura brasileira e hispano-americana publicados primeiramente em jornais. Os primeiros trabalhos, especificamente sobre teoria literária, revelam o conhecimento que tem o A. de vasta bibliografia — a mais atualizada — sobre o assunto, conhecimento que marcará todos os outros artigos, pois a preocupação de teorizar ou aplicar conceitos teóricos aos autores e obras analisadas evidencia-se em todo o livro.

Procurando, inicialmente, expor as diversas conceituações de termos como literatura, obra literária, gênero literário, estilística, crítica ou comentário de texto, o A. passa, a seguir, a analisar, fundamentado nessas premissas, poetas e romancistas de sua preferência, destacando-se, entre outros, Fran Martins e Milton Dias, Pedro Salinas, Larreta, Gabriela Mistral, Alonso Ercilla y Zúñiga.

As "Anotações" de P.P.M., que revelam sua erudição e amor à literatura, nos incitam a rever e atualizar conceitos de teoria literária, tendo como base os mais atuantes teóricos do momento, mas sem esquecer os primeiros estudiosos desse problema. Ao mesmo tempo, por suas "Apreciações", sentimos-nos convidados a "conviver" com alguns ficcionistas brasileiros, contemporâneos nossos, estendendo essa amizade a autores de países vizinhos, tão pouco conhecidos, mas tão próximos de nós pela semelhança que possuem com nossos próprios escritores. — NEUSA PINSARD CACCESE.

BEIGUELMAN, PAULA — Pequenos estudos de Ciência Política, São Paulo, Editora Centro Universitário, 1967, 120 pp.

A presente publicação consta de cinco estudos propriamente ditos, complementando-se com o exame crítico de sete obras de capital interesse para a Ciência Política em geral, e a interpretação da realidade brasileira em particular. A Autora, em nota preliminar, apresenta os referidos estudos como "unidades autônomas de pesquisa e reflexão" que integram "âmbitos de exposição maiores cuja formulação mais completa será objeto de futuros trabalhos". Constitui, realmente, esta obra, uma primeira comunicação impressa, de alguns pontos básicos de reflexão teórica sobre a problemática fundamental brasileira que tem orientado a prática científica de Paula Beiguelman em suas atividades de ensino e pesquisa na Universidade de São Paulo.

Embora sejam os "Pequenos Estudos" apenas partes integrantes de futuras exposições mais amplas, são eles suficientes para a compreensão dos elementos essenciais do esquema metodológico da Autora, que nos parece sua mais valiosa contribuição à Ciência Política. Tentaremos ressaltar, neste comentário, o sentido dessa contribuição.

Partindo de uma compreensão da realidade, como um sistema no qual, sobre a base de uma economia, articulam-se "estrutural-funcionalmente" os demais níveis, a Autora distingue um plano econômico e um plano político, constatando a vinculação deste àquele, em termos globais. Esta vinculação da organização política à estrutura econômica, assim definida, leva à admissão de uma dinâmica própria do plano político.

Tomando a problemática política nacional como objeto de investigação teórica, a Autora coloca como ponto inicial de discussão um problema de ordem geral — a caracterização do escravismo moderno e sua destruição. Refutando as teses correntes que costumam propor a destruição da escravidão negra na América em termos de um processo de depuração progressiva do capitalismo, Paula Beiguelman demonstra que o sistema capitalista, embora analiticamente se construa com referência ao trabalho livre, histórica ou empiricamente implica em um complexo que inclui o escravismo colonial como elemento de acumulação de capital. Não haveria, portanto, uma incompatibilidade entre Capitalismo e Escravidão mas, ao contrário, esta se constituiria como uma criação daquele. Como se teria dado então a destruição do escravismo capitalista? Na resposta a essa questão a Autora tomou como marco a Revolução Industrial, mostrando que na fase que a antecede, o tráfico constituía fator básico de acumulação, e na medida em que o escravo, como mercadoria, era insubstituível, o escravismo inseria-se no sistema como elemento indispensável. Após a Revolução Industrial, porém, modifica-se o quadro: a economia, capaz de dispensar o tráfico, como fator de acumulação de capital, continua a incluir o escravismo, porém com outra função: a de fornecimento de mão-de-obra barata. Porém, o escravo, como elemento fornecedor de trabalho barato, não é insubstituível. Portanto, desaparece a relação de *necessidade* que ligava o escravismo ao sistema inclusivo, para surgir uma nova relação de *indiferença*, que torna sua destruição não *necessária*, mas possível. As circunstâncias em que essa indiferença leva à destruição efetiva serão buscadas na análise das situações particulares: Antilhas Inglesas, Antilhas Francesas, Estados Unidos, Cuba e Brasil.

A adoção desta tese invalida as explicações correntes sobre a ação inglesa na repressão ao tráfico. Da mesma forma, a idéia comum de que as economias centrais estariam interessadas na substituição do escravismo por um sistema baseado no trabalho livre, e capaz de criar uma massa com poder aquisitivo, é também negada pela Autora. Observa ela que realmente as economias tropicais são encarradas pelas economias centrais, primordialmente, como produtoras de gêneros baratos para consumo e comercialização e só secundariamente como centros consumidores. O desempenho do papel de produtoras tropicais implica em uma estrutura de trabalho barato que "encontra sua ilustração exponencial justamente no escravismo".

Discutida em seus termos principais a questão teórica da destruição do "escravismo capitalista", a Autora passa à segunda unidade de estudo, tomando como

foco de análise o encaminhamento político do problema da escravidão no Brasil. Acompanhando cada um dos passos desse processo político, são explicados os três momentos de depreciação do escravismo: a extinção do tráfico, a Lei do Ventre-Livre e a Abolição. A Autora mostra como no nível imediato de expressão de interesses de grupos não se encontra uma explicação para essas medidas anti-escravistas. Porém, elas são executadas através de um jogo político entre a Coroa e o sistema bi-partidário nacional. Os dois partidos imperiais ver-se-ão conduzidos à sanção dessas medidas através de uma disputa política ante o Moderador e o eleitorado agrário, agindo como elementos integrantes de uma organização política que, vinculada a um mercado nacional de escravos, desaparece com ele. O "como" do encaminhamento desse processo de destruição do escravismo no Brasil seria então explicado pela própria dinâmica da esfera política, enquanto que o "porquê" seria buscado nas exigências do plano econômico, ou seja, nas próprias determinantes do sistema.

O pressuposto metodológico de uma dinâmica própria do plano político leva a Autora a elaborar o terceiro estudo que, versando sobre o processo político-partidário no Império durante o período de 1840 a 1869, exemplifica a maneira pela qual se podem estabelecer "os nexos dinâmicos estritamente essenciais da realidade política, na sua concreção histórica". Paula Belguelman escolheu o exame desse período como ilustração do processo político-partidário imperial, construído a partir da hipótese de uma exigência do sistema para preservar, no plano partidário, o esquema básico dual.

A análise nos permite acompanhar uma primeira fase (da Maioridade à Conciliação) em que os partidos estão organizados num esquema dual apenas perturbado pela presença da facção áulica; e uma segunda fase (da Conciliação a 1868) em que as forças políticas são três, mas polarizam-se dualmente, para depois de 1869 redefinirem-se como novos Partidos — Liberal e Conservador, voltando ao esquema dual.

Passando da reflexão sobre a organização política imperial, ao exame da organização republicana, a Autora discute, em sua quarta unidade de estudo, as interpretações de Nelson Werneck Sodré sobre a História da República, iniciando o debate teórico em torno dos pressupostos metodológicos desse Autor. Aponta na obra de Werneck o estabelecimento de uma conexão entre a organização política da Primeira República e a dominação do latifúndio. Assim, o saneamento financeiro seria para esse autor o correlato do triunfo do latifúndio sobre as demais classes; a política da defesa do café também revelaria a dominação do latifúndio sobre os outros setores; as oligarquias seriam manifestações da dominação econômica, social e política do latifúndio. Quanto à superação da Primeira República, a agitação da década de 20 e a revolução de 30 são por ele interpretadas em termos de um conflito entre o setor interno e o agrário, como uma luta entre burguesia e latifúndio.

A discussão dessas teses leva Paula Belguelman a expor suas próprias hipóteses a respeito de pontos básicos na interpretação do período republicano: o problema da emergência da economia de mercado interno no Brasil, a consolidação de um núcleo industrial, a relação histórica entre o setor da economia urbana e o setor exportador. No desenvolvimento destas hipóteses, explica a Autora que, por volta da década de 1920, o setor interno estaria em condições de transformar-se em novo núcleo dinâmico do crescimento econômico. O processo de criação dos germes dessa economia de mercado interno teria sido estimulado pela emergência de condições para que a economia pudesse absorver uma massa de trabalhadores-consumidores (o que teria ocorrido através da grande imigração subvencionada).

O problema da consolidação de um grupo industrial no Brasil é tratado através de uma focalização da conjuntura econômica no período de 40 a 60, considerado como situação exemplar, porquanto seu exame permite "inferências válidas também para uma época posterior". A Autora distingue a atividade industrial desenvolvida no período 40-60, da que começa a se desenvolver depois de 1870 na área cafeeira.

Esta última daria origem à nossa indústria atual e seria basicamente diferente da primeira, por estar vinculada a uma estrutura de mercado interno. O desenvolvimento industrial anterior a 70 seria explicado como simples recurso para a "manutenção do tonus de uma economia cujas condições gerais não são de maneira fundamental alteradas pela sua presença".

A política financeira do início da República é interpretada em termos da necessidade de criação de recursos financeiros abundantes (decorrente da falta de numerário que acompanha a abolição e o estabelecimento da corrente imigratória) e o saneamento financeiro como a correção do excesso inflacionário (que depreciava a renda agrária) a fim de restabelecer o equilíbrio rompido. O setor urbano seria, pois, em face da política financeira, um simples beneficiário provisório e não um fulcro determinante.

Quanto à política de valorização do café, sendo a responsável pela expansão da cafeicultura (em cujo contexto se incluía a imigração como elemento dinâmico) estaria indiretamente desenvolvendo o novo setor industrial e o mercado interno.

A República, outrossim, pode ser pensada como um sistema que corresponde, no plano político-administrativo, a uma "relativa autonomização econômica do setor de vanguarda (paulista)". A indagação situa-se, então, no plano econômico, ao nível das relações entre o setor externo dominante e o interno em gestação, dentro de um processo de crescimento geral da economia; no plano político, no âmbito da interação entre os componentes do sistema político-administrativo descentralizado. A estrutura latifundiária não seria a determinante, "mas o *milieu* em que se organiza, no quadro da economia inclusiva, o sistema político global". A explicação da agitação da década de 20 ou da revolução de 30 seria buscada na sua correspondência com a eclosão de uma crise institucional, ligada à transformação das bases estruturais que "haviām dado sentido ao sistema político-administrativo descentralizado".

O quinto estudo trata do processo político-partidário brasileiro, de 1945 ao plebiscito. Dentro de uma análise estrita do plano político-partidário, a Autora acentua a natureza do jogo dos partidos, caracterizando as condições de emergência de uma Esquerda como força política, dentro de um sistema multi-partidário, centrado em três grandes partidos nacionais PSD, PTB e UDN. Dada a natureza desses partidos, encontra-se em cada um deles a representação de "toda a gama de posições", porém, da própria dinâmica das forças políticas criadas durante a ditadura, resultara que o ponto de vista do setor exportador tendia a buscar expressão partidária na UDN. Daí a adesão nacionalista canalizar-se para o campo PSD-PTB. A Autora acompanha, dentro desse quadro de referências, o governo Vargas e a ação do grupo oposicionista liderado por Lacerda. O suicídio do Presidente teria conferido ao PTB um conteúdo ideológico; a ligação deste grupo a elementos comunistas, em nome da luta contra o imperialismo, levaria a oposição a uma atitude de combate ao radicalismo em geral, sob a acusação de comunismo.

Assim, o processo desencadeado em 54 conduziria à radicalização das teses nacionalistas. Considerando o plano econômico, evidencia-se já: a inoperância das teses do liberalismo econômico no que diz respeito ao comércio exterior e o esforço do país para o estabelecimento da empresa estatal. A base política dada àquele radicalismo pela organização sindical e a ampliação da tendência radical da organização estudantil contribuem para que os grupos radicais passem a perceber-se como força política em ascensão, tendendo a estruturar-se como uma Esquerda. Paula Belguelman analisa o governo Jânio Quadros, acompanhando as atitudes políticas da Esquerda em face desse governo, a reivindicação legalista por ela liderada, na defesa da posse do Vice-Presidente após a renúncia, a oposição das Forças Armadas a esse movimento e a emenda parlamentarista à Constituição, como forma acomodativa para o encerramento da crise. Essa limitação dos poderes do então Presidente levava a Esquerda a lutar agora pelo restabelecimento pleno da Constituição de 46. Todavia, João Goulart submete-se à emenda constitucional. O plebiscito de 6 de janeiro de 63 revela uma votação expressiva contra o parla-

mentarismo, interpretada como apoio ao Presidente, o que leva a Autora a considerar essa fase como a clímax da ascensão governamental. Se a Esquerda passara por uma fase de pessimismo com relação às suas próprias perspectivas, no período imediatamente anterior, agora a campanha do plebiscito oferecia a ela uma conjuntura positiva, na qual "a luta pela implantação do presidencialismo é transformada em batalha pelas reformas estruturais, sob a sua liderança".

Esperamos ter mostrado com este resumo das idéias contidas no trabalho de Paula Belguelman, sua grande contribuição ao campo da investigação teórica sobre a realidade política brasileira, contribuição que tem seu maior sentido na abertura de diálogo com outros autores conceituados a respeito de seus pressupostos metodológicos e das interpretações daí decorrentes; na reflexão *realmente científica* sobre a problemática brasileira em seus níveis mais profundos; na recusa à adoção de esquemas prontos, supostamente válidos para todas as economias periféricas e aplicados sem a necessária consideração da especificidade do caso brasileiro; no reconhecimento do devido valor da consideração do empírico e do histórico na construção de hipóteses; na possibilidade de elevação do ensino da Organização Política Brasileira a um alto nível de reflexão teórica. — NELY PEREIRA PINTO CURTI.

LARAIA, Roque de Barros e Matta, Roberto da — *Índios e Castanheiros — A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*, Coleção "Corpo e Alma do Brasil", S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, 146 pp., com 3 fotografias e 1 mapa.

A região do Médio Tocantins foi apontada por Roberto Cardoso de Oliveira, do Museu Nacional da Universidade do Brasil, como uma das áreas a serem privilegiadas pela pesquisa étno-sociológica, na medida em que o contato entre brancos e índios assume aí formas bem definidas do que se convencionou chamar de "fricção-interétnica". Dentro desta perspectiva metodológica, a situação de mudança decorrente do contato entre grupos culturalmente diversos, tem que ser estudada não em si, mas em relação à sociedade envolvente, que é a principal responsável pela forma com que o grupo tribal será integrado ou não em um de seus segmentos. Assim, algumas questões são prioritárias dentro desta abordagem, como a compreensão das razões que levaram os brancos a entrar em contato com as tribos indígenas, o entendimento minucioso de como se estrutura essa sociedade local dos brancos, quais as intenções dos civilizados face aos índios. Trata-se de uma posição metodológica que se pretende "enraizada", procurando não só oferecer o relato ou descrição da vida tribal face ao contato, mas busca as implicações mais profundas deste contato, seus móveis, dinâmica e perspectivas.

Foi dentro desta preocupação, e sob esta perspectiva que Roque de Barros Laraia e Roberto da Matta efetuaram suas pesquisas de campo, cujo resultado constitui o presente livro. O trabalho é dividido em 2 partes, cabendo ao primeiro Autor o estudo do contato interétnico de duas tribos Tupi, a dos Akuáwa-Asuriní e a dos Suruí, com brancos, e ao segundo, o estudo dos mesmos mecanismos entre o grupo Jê dos Gaviões. Embora se perceba nítidas diferenças na maneira de expor e conduzir o problema, os dois autores apresentam neste trabalho unanimidade em apontar que a dinâmica do contato deve sempre ser analisada a partir da sociedade nacional, que através de suas frentes pioneiras (ou "regionais" como diz Laraia) reflete um interesse definido face à tribo, interesse que na maioria das vezes se prende ao desejo de apropriação das terras que são habitadas pelos índios, podendo apresentar também formas mais sofisticadas, como a exploração dos silvícolas como mão-de-obra barata nas atividades extrativas, ou fornecedores de produtos básicos para a subsistência dos regionais. É importante salientar que o tipo de relação que a sociedade nacional estabelece com os índios mantém vinculações extra-regionais, refletindo muitas vezes as próprias oscilações do mercado mundial, que se enraíza nestas franjas pioneiras através da manipulação das agências do poder político.